

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arquidiocese de Cuiabá e Estado Novo: aliança consolidada e discurso alinhado

Célio Marcos Pedraça*

Resumo: O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise das relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo entre os anos de 1937 a 1945. Durante esse período estava a frente da Arquidiocese de Cuiabá o arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, figura católica de grande expressão durante os anos Vargas. Entre outros aspectos, Dom Aquino que dirigiu a Arquidiocese de Cuiabá até o ano de 1956, ano de sua morte, durante o Estado Novo foi apontado por muitos como o grande orador das solenidades oficiais promovidas pelo Governo Federal. Sendo assim, as análises aqui elaboradas serão no sentido de promover uma discussão referente a postura de Dom Aquino, e por conseqüência, seu episcopado, frente a algumas políticas implementadas pelo Estado Novo no período mencionado.

Palavras – chave: Arquidiocese de Cuiabá, Estado Novo, Igreja Católica.

Abstract: The present study has for objective to analyse of the relations between the Arquidiocese of Cuiabá and the New State between the years of 1937 to 1945. During that period was the front of the Arquidiocese of Cuiabá the archbishop Francisco of Aquino Corrêa, catholic figure of big expression during the years Vargas. Between others aspects, Aquino Corrêa that drove to Arquidiocese of Cuiabá to the year of 1956, year of their death, during the New State was aimed by many as the big speaker of the official solemnities promoted by the Federal Government. Being like this, the here elaborate analyses will be in the sense of promote an argument regarding posture of Aquino Corrêa, and consequently, his bishopric, facing some politics implemented by the New State in the period mentioned.

Keywords: Arquidiocese of Cuiabá, New State, Catholic Church.

Durante a fase do Estado Novo, tanto a igreja católica quanto o governo federal declararam guerra a muitos de seus inimigos. O interessante a ser destacado, é que muitos dos inimigos eleitos do catolicismo, assim como do Estado, foram inimigos em comum. Mas quais teriam sido as razões disso? Uma simples coincidência, ou resultado de uma aliança?

No caso da igreja católica mato-grossense durante a ditadura de Vargas, ou seja, entre os anos de 1937 a 1945 estava a frente da Arquidiocese de Cuiabá Dom Aquino Corrêa. Francisco de Aquino Corrêa nasceu no dia 02 de abril de 1885, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Foi o último dos quatro filhos do casal Antônio Tomaz de Aquino Corrêa e Maria D'aleluia Gaudie Ley. Governou Mato Grosso na época na condição de presidente entre os anos de 1918 a 1922, ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e dirigiu a Arquidiocese de Cuiabá de 1922 a 1956.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Durante a vigência do Estado Novo Dom Aquino foi personagem de grande relevância, principalmente no que diz respeito a viabilização e consolidação das relações entre a Igreja Católica e o governo de Vargas. Portanto, pensar as relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo se torna tarefa difícil, se não levarmos em conta a efetiva participação de Dom Aquino Corrêa nesse processo.

Para iniciarmos as nossas reflexões, podemos destacar parte de um dos inúmeros discursos proferidos por Dom Aquino durante o Estado Novo. Na ocasião, Dom Aquino fazia uma reflexão sobre a definição de patriotismo. Ao fazer isso, entre outros aspectos, traduziu a visão do catolicismo em relação ao governo de Vargas naquele momento.

Patriotismo é esse fogo sagrado, que se alimenta com as tradições atávicas da família e do povo, que vão desde o cultivo da língua materna, até o respeito às autoridades e o culto dos grandes homens da história; mas são, sobretudo, as tradições cristãs, que fazem forte e invicto o patriotismo, tradições essas que o Estado Novo tem procurado reflorir sempre mais, como ainda há pouco, quando ouvimos um ilustre ministro desse Estado, em plena praça pública da paulicéia, glorificar, num surto de comovente oração, a Imaculada Virgem Aparecida, padroeira do Brasil. (CORRÊA, 1985:62).

Ao depararmos com essa citação, principalmente quando levado em conta o fato dela estar sendo pronunciada por uma liderança católica, sem nenhuma dúvida, nos fica evidenciada uma clara relação de proximidade entre a Igreja Católica e o Estado. Relação essa, completamente distinta da do final do século XIX, ou mesmo, das duas primeiras décadas da república no Brasil.

O interessante dessa aliança, é que durante o Estado Novo essa proximidade era de tal tamanho, que muitos dos discursos católicos se confundiam com as próprias políticas do Estado. Neste sentido, os discursos e produções de Dom Aquino, principal representante da Arquidiocese de Cuiabá, nos apresenta uma enormidade de pontos de convergência entre a Igreja e o Estado, que em boa parte das vezes, teve por principal objetivo o endossamento dos ideais estado-novista.

O grau dessa relação entre a Igreja e Governo Federal, foi inclusive, forte o suficiente para fazer com que religiosos católicos durante o Estado Novo praticasse em Cuiabá com o aval de Dom Aquino, ações anteriormente impensadas.

Em 1941, a presença de padres discursando numa emissora de rádio criada por três maçons - João (Jercy) Jacob, Juvenílio Francisco de Freitas e Canavarros - é uma mostra de que a emissora era muito mais estado-novista que maçônica. Em nível nacional, a Igreja Católica era uma das instituições que deram sustentação ao getulismo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1937, que revogou a Carta Magna de 1934. Em Cuiabá estes laços foram fortalecidos na figura representativa do arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, um dos principais oradores em defesa do Estado Novo. (SILVA, 2004: 148).

Passagens como essa, são importantes para demonstrarmos que a Igreja, mesmo fazendo uma contundente oposição a maçonaria, em nome de um projeto maior, não deixou que essa questão a impedisse de falar em nome de uma ideologia, que tinha por um de seus principais referenciais a sua aliança com o Estado. Por outro lado, essa emissora maçônica também não se opôs a essas lideranças católicas, pois certamente, não era conveniente se opor a principal instituição colaboradora e parceira de Vargas.

A Arquidiocese de Cuiabá e o seu arcebispo: em nome da Igreja e a favor do Estado

Durante os anos Vargas muitos temas foram retratados por Dom Aquino. A sua intervenção quase sempre se deu através de discursos e cartas pastorais. Estas abordagens fizeram referência a assuntos diversos, como as que dizem respeito às discussões sobre o movimento operário e sindical. Nas oportunidades em que deu ênfase para essas problemáticas, podemos observar nos discursos de Dom Aquino uma clara intencionalidade, a de reforçar a política varguista no que concerne a essas questões. Como exemplo disso, podemos citar parte de um discurso de Dom Aquino proferido em comemoração aos dez anos do governo Vargas. “Contemplo o nosso pacífico operariado, e vejo os sindicatos, vejo os seus direitos e as suas regalias, vejo que o Governo não lhes dá, senão o que não pode, facultando-lhes, em tão poucos anos, tantas conquistas, quantas não conseguiram outros povos, em séculos de existência.” (CORRÊA, 1985: 271).

Dom Aquino ao alegar contemplar o operariado em seu discurso coloca em evidência uma posição completamente favorável ao governo, sendo que sua fala vai de encontro a ideologia difundida durante os anos Vargas. Essa ideologia diz respeito as novas políticas implementadas por Getúlio Vargas a partir dos anos 30 do século passado.

Vargas ao assumir a presidência procurou consolidar um caminho que sacramentasse a modernização industrial. Por conseqüência dessa política, impulsionou os fenômenos do corporativismo, nacionalismo, populismo, desenvolvimentismo e de maneira especial, do trabalhismo.

Neste universo, a problemática histórica que diz respeito a legislação trabalhista no Brasil, posteriormente materializada na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, esteve durante os anos Vargas ligada diretamente a insistência por parte do governo em controlar e ter sob a tutela do Estado as relações entre capital e trabalho, principalmente no que se refere as dimensões coletiva e sindical. Sendo assim, podemos dizer que essa legislação trabalhista “Visava regulamentar os conflitos entre patrões e operários e controlar as atividades dos sindicatos até então independentes. O objetivo maior consistia no impedimento de que os conflitos sociais se expressassem na esfera pública. Foram então criados órgãos para coordenar as relações de classe” (CAPELATO, 2003: 120).

Portanto, a Legislação Trabalhista tradicionalmente destacada como herança dos anos Vargas, surge num contexto em que elas se tornaram imprescindíveis para as estratégias do próprio governo, o que nos leva a imaginar, que surgiram com a função de atender primeiramente os interesses do governo Vargas e não necessariamente as necessidades dos trabalhadores brasileiros.

Podemos dizer então que os operários, bem como suas organizações sindicais, estiveram durante o governo Vargas, na condição de reféns do Estado. Mas a imagem difundida, era a de que esses trabalhadores vivenciavam uma fase áurea. Na construção desse discurso, a posição de Dom Aquino foi além de simplesmente exaltar supostos ganhos e regalias promovidas pelo governo Vargas. Não se contentando ao ato de exaltação desses supostos benefícios, procurou ainda, orientar os trabalhadores como deveriam se portar em relação aos seus patrões.

Operários! Daí fielmente aos patrões o trabalho que lhes deveis não os leveis nos bens, nem na pessoa; não recorrais a violência; fugam dos perversos, que vos transviam. Estai certos de que o trabalho, longe de abater a dignidade humana, a engrandece e eleva, tanto assim que o Filho de Deus, feito homem, quis ser chamado operário e filho de operário (CORRÊA, 1985:14).

Conforme podemos observar, a posição da igreja era favorável ao Estado e procurava instigar os operários a se portarem de maneira dócil e não agressiva, além disso, a serem fiéis aos seus patrões. Esse discurso servia diretamente aos desígnios do Estado Novo. Sendo que essa construção se tornava ainda mais relevante, na medida em que esse discurso ganhava uma conotação religiosa, chegando a ponto de apresentar Jesus Cristo, principal representação do cristianismo, como operário e filho de operário.

Na condição de arcebispo de Cuiabá, outro recurso muito utilizado por Dom Aquino nas suas pregações, foram as cartas pastorais. Ao longo de seu episcopado redigiu vinte e quatro cartas pastorais, e foi o principal responsável pela elaboração de outras duas cartas coletivas do episcopado de Mato Grosso.

Percebe-se, que boa parte de suas cartas pastorais deu suporte para a ideologia varguista, apesar delas nem sempre retratarem explicitamente um apoio direto ao governo federal. Apelos voltados para o cumprimento dos princípios cristãos, da oração ou educação dos filhos, eram destacados como obrigações nessas cartas. A obediência aos poderes constituídos era regra para os católicos.

As cartas pastorais emitidas por Dom Aquino, além da doutrina cristã, preocuparam-se diretamente com as questões políticas do país, não destoando dessa maneira, de seus célebres discursos. Na tentativa da elaboração e fundamentação dessa ideologia sustentadora do Estado Novo, uma passagem que caracteriza bem a preocupação do arcebispo de Cuiabá pela valorização da ideologia varguista, pode ser demonstrada através de seu discurso denominado *No Decênio dum Governo* proferido em missa campal de ação de graças pelo 10º aniversário da presidência de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro em 1940.

Essa comemoração, de suma importância para o governo Vargas, também serviu para demonstrar o prestígio do arcebispo de Cuiabá, que até aquele momento, seguia firme na sua posição de porta voz da Igreja Católica no Brasil e orador oficial das grandes solenidades promovidas pelo governo federal. Esse evento serviu ainda, para mostrar o grau da relação entre a Igreja Católica e o Estado até aquele momento.

Dom Aquino, que havia sido escolhido para dirigir essa comemoração, a exemplo de outras oportunidades, poeticamente iniciou o seu discurso, saudando e vangloriando o povo e a nação brasileira, mas preparando a platéia para ouvir o que a ocasião primordialmente suscitava.

E aqui estamos celebrando, à sombra da paz e na comunhão da fraternidade, o décimo aniversário de um governo, de que fez Deus mercê ao povo brasileiro. Bem sabeis, senhores, que a tribuna sacra não discute formas de governo, nem regimes políticos, senão a luz dos ditames da fé e da moral católica. Respeitadas estas normas supremas, todas as formas de governo são boas; mas o governo, são os homens que o fazem. Mais do que formas de governo, devemos festejar o governo, isto é, a aplicação dessas formas ou princípios constitutivos do regime. Por quanto, não há duvidar que, sob a mesma organização política, tanto pode pesar sobre o povo, a tirania de um déspota, como felicitá-lo, o poder suave paternal de um patriarca. E é isto, senhores, que viemos aqui hoje agradecer à Providência Divina: um governo tão forte quão tolerante, esta situação de ordem e progresso, de que goza o Brasil, em se completando o decênio da presidência Getúlio Vargas (CORRÊA, 1985: 270).

Ao analisarmos alguns aspectos ressaltados nesse discurso, podemos dizer que apesar das observações de Dom Aquino estar pautada nas relações de reciprocidade e laços de amizades entre o catolicismo e o Estado, não poderemos deixar de constatar alguns pontos no mínimo curiosos.

Como falar em uma comemoração celebrada a sombra de uma paz e fraternidade, estando justamente o mundo vivenciando uma guerra mundial? Outro curioso ponto faz referência ao fato de Dom Aquino ter destacado que para os católicos um regime político ou uma forma de governo era algo secundário, pois o que interessava era que se governasse em conformidade com os ditames da fé católica. Era exatamente isso, o que o catolicismo fazia naquele momento no Brasil. Apoiava uma ditadura, mas em contrapartida, assistia os seus interesses serem incorporados e difundidos na sociedade brasileira. Mas daí a ressaltar a tolerância como uma prática da ditadura do Estado Novo, é algo que no mínimo merece ressalva, ou seja, a especificação para quem essa tolerância se destinava.

Referente ao aspecto da transcendentalidade, presente em praticamente todos os discursos de Dom Aquino, nessa ocasião da comemoração dos dez anos do governo Vargas, a situação não foi diferente. Vargas foi ressaltado por Dom Aquino como um presente de Deus. E na busca incessante de elogios ao presidente, não se sentiu constrangido nem ao evocar algumas bandeiras positivistas, anteriormente, tão questionadas pelo catolicismo. Pois é evidente, que nesses novos tempos, as palavras ordem e progresso ganhavam uma outra conotação.

Comunismo: um inimigo em comum

Como um último ponto de discussão a respeito das relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo, não poderíamos deixar de destacar um dos principais pontos de convergência e afinidade e que foi de fundamental importância para a aproximação e consolidação da aliança entre a Igreja Católica e o Estado.

A partir do surgimento da Aliança Nacional Libertadora - ALN, que conseguiu aglutinar parte dos tenentes dos anos 20, democratas e socialistas, e com a posterior eleição em 1935 de Luiz Carlos Prestes para a sua presidência de honra, o governo de Vargas passou a ter grandes preocupações com esse movimento, principalmente, ao perceber que a ALN cada vez mais era influenciada pelos membros do Partido Comunista.

Receoso dessa ameaça, em julho de 1935 Vargas providenciou a dissolução da ALN, e por consequência, a proibição de suas atividades. Com isso, os comunistas já na condição de perseguidos, deflagraram uma tentativa de tomada de poder.

(...) o levante comunista de novembro de 1935, ocorrido em quartéis de Recife, em Natal e no Rio de Janeiro. Embora não tivesse obtido expressiva adesão militar ou popular, o levante, conhecido como Intentona Comunista, sinalizava para o governo as perspectivas dos comunistas e sua capacidade de mobilização. O cerco ao comunismo foi rápido e certo. Os líderes do movimento foram presos, entre eles Luís Carlos Prestes, o mais famoso de todos. Foi acionada a rigorosa Lei de Segurança Nacional, que teve por finalidade julgar, até 1945, aquilo que o governo considerava crimes políticos contra a segurança do país. O país entrava em uma fase de perseguição ao comunismo e alguns assessores do governo, inspirados no que acontecia na antiga União Soviética e na Alemanha, chegaram a propor que, além das prisões políticas, fossem estabelecidos campos de concentração e de trabalhos forçados para a ressocialização dos comunistas e de seus filhos. (D'ARAÚJO, 2004:26).

A passagem acima nos mostra que a partir do levante comunista, rapidamente contido pelo governo federal, investiu-se na construção de um discurso, em que os comunistas passaram a representar uma grande ameaça para a segurança nacional.

Mas a derrota desses opositores, muito pelo contrário, não implicou no desaparecimento do medo de uma rebelião comunista. Pois, mesmo depois do fracasso desse movimento insurgente, Vargas fomentou um cenário em que os comunistas figuraram como os principais inimigos do Estado brasileiro. A que tudo indica, o objetivo foi utilizar desse pretexto, para dessa maneira, preparar terreno para a instauração de uma ditadura, o que de fato aconteceu, com a imposição do Estado Novo a partir de novembro de 1937.

Nesse processo, o Estado varguista não esteve sozinho. Teve na Igreja Católica uma grande aliada nessa empreitada. Com a intenção de dar ênfase na importância da Arquidiocese de Cuiabá através de seu arcebispo, na construção desse discurso contrário aos comunistas, podemos fazer uma citação de uma das cartas pastorais escritas por Dom Aquino durante a ditadura do Estado Novo. A carta pastoral *O Culto da Autoridade* redigida em 1938 ao procurar discutir as relações entre o poder e a liberdade, destaca com veemência, duras críticas ao comunismo.

(...) acham-se empenhadas em todas as nações e todas as escolas. De um lado, o comunismo que, sob calor de salvar a liberdade, agravou-lhe o suplício, e na Rússia, para usar a comparação do tribuno proletário, nada mais fez, senão virar de cima para baixo o pau da bengala, que é o povo, de modo que sobre este hoje, em vez do castão de ouro, que era a autoridade dos czares, pesa a ponteira de aço, que é ditadura dos soviets (CORRÊA, 1985:63).

Assim como Vargas, o catolicismo também via no comunismo um inimigo perigoso. Sendo assim, a Igreja a exemplo do que fez com o liberalismo, também combateu com veemência o comunismo. Por outro lado, não via problemas em tecer elogios a ditadura estabelecida por Vargas, apresentando-a inclusive como uma terceira corrente, alternativa as duas outras citadas. “Entre estas duas correntes, uma terceira, quer se chame de Estado fascista, totalitário, integralista, quer simplesmente Estado Novo, anda à procura duma fórmula capaz de pacificar o mundo, equilibrando os direitos e os deveres, na colisão da força com a liberdade” (CORRÊA, 1985:63).

Apesar da fala de Dom Aquino ter sido elaborada a partir de uma conjuntura em que são “compreensíveis” a posição e tolerância do catolicismo em relação ao Estado Novo, tendo em vista a aliança entre ambos, sua construção no mínimo merece uma atenção especial, uma vez que, falar numa combinação entre força e liberdade requer uma complexa análise.

Por fim, devemos destacar que a fase do Estado Novo que perdurou por um período de aproximadamente oito anos, foi uma ditadura que embora tenha sido construída teoricamente fora do universo católico, encontrou nessa instituição uma poderosa aliada, que teve na Arquidiocese de Cuiabá através de seu arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, um poderoso colaborador. Que de maneira especial, a partir de seus discursos e cartas pastorais, conseguiu desempenhar o papel que lhe fora outorgado, ou seja, o de elo entre os interesses do governo federal e da igreja católica no Brasil durante os anos Vargas.

Bibliografia:

- CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de Novo?* In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional Estatismo**. Vol II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- COMETTI, Pedro. **Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: Vida e Obra**. Cuiabá, 1985.
- CORRÊA, Francisco de Aquino. **Discursos**, Vol II Tomo III – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.
- _____. **Discursos**, Vol II Tomo II – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.
- _____. **Pastorais**, Vol III Tomo II – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo, Moderna, 2004.
- FAVERO, Luigi. **As Cartas Pastorais de Dom Francisco de Aquino Corrêa**. Campo Grande – MS, Coleção Centenário, 1996.
- SILVA, Antonio Carlos. **Vozes do Oeste: A Radiodifusão Cuiabana entre a Antena e a Lei (1939-1949)**. Cuiabá/UFMT, 2004. (Dissertação de Mestrado).